

Verbos de regime oscilante na Educação Básica: uma abordagem funcionalista de ensino

Beatriz de Lucena Moreira ¹
Orientador: Edvaldo Balduino Bispo

INTRODUÇÃO

As aulas de Língua Portuguesa na escola têm sido objeto de muitas discussões ao longo dos anos. Um dos focos de debate são os conteúdos gramaticais que compõem as orientações curriculares oficiais do Ensino Básico: analisa-se, entre outros aspectos, como esses assuntos devem ser tratados em sala de aula. Entre as concepções de gramática que fazem parte das discussões nesse contexto teórico-metodológico, vale revisitar, sobretudo para os efeitos das reflexões aqui propostas, duas noções fundamentais:

- A de gramática normativa, tradicional, com raízes estabelecidas na tradição literária, que privilegia o estudo da norma culta e do registro escrito e se baseia na noção de língua modelar, padrão, pura, regida por regras estanques, tendendo a tachar desvios e variações como erros.
- A ideia de gramática, conforme alguns linguistas vêm defendendo, como sistema de princípios que organiza os enunciados, pelo qual, naturalmente, os falantes nativos de uma língua se comunicam em diversas situações de uso (NEVES, 2017). Para essa noção, a gramática explicita o funcionamento da linguagem e estaria, portanto, intimamente ligada ao discurso.

Nas aulas de regência verbal, no contexto da Educação Básica, em geral, ao se tratar desse assunto, elenca-se um conjunto de verbos, que podem ter complementos diversos e múltiplas acepções de sentido. Seria o caso, por exemplo, de “assistir” no sentido de ver (verbo transitivo indireto – VTI) *versus* “assistir” no sentido de ajudar ou residir em algum lugar (verbo transitivo direto – VTD). Nesta investigação, eles serão chamados de verbos de regime oscilante².

Apresentam-se, nesse sentido, exemplos para demonstrar casos que normalmente são prescritos pela norma culta da língua. Há, assim, uma propensão em privilegiar uma abordagem normativa, desvinculada das situações de uso da língua. De fato, estudiosos que têm se dedicado

¹ Doutoranda em Linguística Teórica e Descritiva do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, biatgs.b@gmail.com.

² Adota-se, aqui, essa terminologia com a intenção focalizar o estudo de verbos com as propriedades mencionadas (tais como assistir, chegar, lembrar/esquecer, preferir, obedecer) no contexto mais amplo da regência verbal.

a avaliar o ensino vigente nas escolas têm acentuado o cunho primordialmente prescritivo de que o ensino de gramática tem se revestido (NEVES, 2017; TRAVAGLIA, 2009).

Trabalha-se, aqui, com perspectiva diversa: os conteúdos gramaticais podem ser abordados de forma mais complexa no contexto escolar. Esse é, inclusive, um dos objetivos previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, que prevê uma consolidação e complexificação das práticas de linguagem consideradas no Ensino Fundamental, com ênfase nas habilidades de análise, síntese compreensão de sentido e réplica (posicionar-se diante de temas; fazer apreciações éticas e estéticas etc.) (BRASIL, 2018).

É fundamental, portanto, investigar outras abordagens para os verbos de regime oscilante nas aulas de língua portuguesa, explorando não só o trabalho com a norma padrão, mas também instigando a reflexão crítica sobre a língua em seus diversos contextos de interação.

Assim, este trabalho dedica-se a investigar o ensino de verbos de regime oscilante no contexto do Ensino Básico sob o viés teórico-metodológico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), a fim de refletir sobre alternativas mais adequadas para o ensino desse tópico gramatical. Com essa finalidade, pretende-se (i) verificar como esse conteúdo é abordado pelas gramáticas tradicionais brasileiras contemporâneas, e (ii) realizar um breve levantamento bibliográfico de publicações científicas relevantes que tratem do ensino de verbos de regime oscilante na Educação Básica.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Em relação ao fenômeno investigado, pode-se dizer que a metodologia desta pesquisa é de natureza qualitativo-interpretativa (CRESWELL, 2010), na medida em que se propõe a desenvolver uma interpretação de uma questão em estudo - nesse caso em particular, a realidade do ensino dos verbos de regime oscilante nas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Básico.

Ademais, classifica-se esta pesquisa, sobretudo considerando a natureza de seus objetivos, como descritivo-explicativa (GIL, 2017), uma vez que ela apresenta uma visão detalhada e interpretativa de como os manuais gramaticais e os livros didáticos contemporâneos abordam a regência, bem um panorama do que as orientações curriculares oficiais preveem para o ensino desse conteúdo gramatical na Educação Básica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) corresponde a uma tendência norte-americana de estudos linguísticos que ganhou projeção a partir da década de 70, e cuja principal característica é analisar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Desse modo, a língua, é entendida como sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros em permanente emergência, mercê de necessidades cognitivas e intercomunicativas (BYBEE, 2010). Assim, essa abordagem compreende a investigação da língua ligada às situações concretas de uso que motivaram os fenômenos estudados.

Também é interessante destacar, sobretudo para a pesquisa aqui proposta, a noção de gramática para a LFCU:

um sistema aberto, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia, pois ela é ‘(...) um conjunto de formas, padrões e práticas que surgem para servir às funções que os falantes necessitam desempenhar com mais frequência’ (FORD; FOX; THOMPSON, 2003, p. 122).

Ou seja, a gramática é o agregado maleável e internalizado das formações vindas da língua em uso, do discurso, das experiências com a interação lingüística que os seres humanos acumulam durante a vida. (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2016) Trata-se, portanto, de um sistema emergente, flexível, sujeito a mudanças de ordem cognitiva e interacional, e em relação íntima com o discurso. A estrutura gramatical, maleável e instável, é constantemente recriada em função das interações dos falantes no discurso. Este, por sua vez, “alimenta” a gramática, promovendo a emergência de suas estruturas e relacionando-se às estratégias criativas utilizadas na produção e organização linguística pelos falantes.

Quanto aos domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática, o Funcionalismo compreende que eles funcionam de maneira relacionada, mas interdependente. Nesse sentido, ao se investigarem os fenômenos linguísticos, levam-se em conta, além de questões estruturais no âmbito da sintaxe, os dados discursivo-pragmáticos que os geraram. Isso implica dizer que a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, é motivada pela situação comunicativa. Assim, a estrutura é uma variável dependente, pois os usos da língua é que dão forma ao sistema (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZÁRIO; 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, proceder-se-á a uma caracterização preliminar do objeto de estudo desta investigação, os verbos de regime oscilante, com base no tratamento dado pela tradição gramatical, de acordo com as concepções de Rocha Lima (2013), Cunha e Cintra (2008), e Cegalla (2010), Bechara (2009) e Azeredo (2010).

Nos compêndios gramaticais, não parece haver um consenso quanto à maneira de abordar os verbos de regime oscilante. Rocha Lima (2013), Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2008) discutem o assunto sob diferentes perspectivas. Enquanto Rocha Lima (2013) lista um conjunto de verbos cujas significações variam de acordo com a transitividade de seus complementos, Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2008) mostram, também, algumas aceções desviantes da norma padrão. Observem-se, a seguir, alguns exemplos.

Rocha Lima (2013) apresenta duas regências possíveis para o verbo “obedecer”, uma intransitiva e outra transitiva indireta. Cunha e Cintra (2008), por sua vez, ao tratar do verbo “aspirar”, analisam-no como transitivo direto no sentido de sorver, respirar; e como transitivo indireto no sentido pretender, desejar. Os autores advertem que alguns escritores modernos contemporâneos usam esse verbo com complemento direto no sentido de desejar, apesar do uso condenado pela tradição gramatical.

Cegalla (2010) discute o verbo “pagar” conforme as seguintes possibilidades de regência: pagar alguma coisa, pagar a alguém, pagar alguma coisa a alguém, pagar por alguma coisa, e pagar (sem complemento). Ele acrescenta que a forma “pagar por alguma coisa” admite a variante na linguagem informal com objeto direto.

Cunha e Cintra (2008) e Cegalla (2010), embora mostrem casos representativos de língua coloquial, não trabalham com amostras de uso extraídas de contextos reais de comunicação a fim de ilustrá-las. Isto é, desconsideram-se as condições cognitivas, comunicativas e sociais que teriam motivado a produção linguística (FURTADO DA CUNHA, TAVARES, 2016). Em ambos os manuais, vê-se que os autores trazem exemplos inventados para demonstrar as aceções não-padrão dos verbos. No caso específico de “visar”, Cunha e Cintra (2008) retira um trecho de uma obra literária de Érico Veríssimo. De todo modo, não parece haver análise sobre esses usos linguísticos.

Ademais, nos três manuais analisados, mostram-se exemplos de autores canônicos da literatura brasileira e portuguesa para caracterizar os casos de regência tratados. Reforça-se, nesse sentido, a busca pela regularidade, pelo modelo, na linguagem desses escritores maiores; procura-se fornecer a explicitação dos padrões que mostram em que consistem a aquela pureza da língua, aquela regularidade que se quer conservar (NEVES, 2002, p. 31-32).

Quanto a Bechara (2009), ele apresenta uma relação de verbos seguidos da preposição que os acompanha. Observa-se, nesse caso, a ausência de exemplos. Parece haver, aqui, ainda menos reflexão quanto ao funcionamento da língua e mais sistematização, mais taxonomia em si e por si.

Azeredo (2010), adotando perspectiva distinta, não traz uma relação de verbos e preposições conforme as relações de sentido estabelecidas. Segundo o autor, esse procedimento “tem sérias limitações, já que nenhuma listagem poderá ser exaustiva, mesmo porque não compete à gramática prover informações idiossincráticas sobre o uso da língua. Esta tarefa compete aos dicionários” (AZEREDO, 2010).

Assim, apesar de não haver um padrão para o tratamento dos verbos de regime oscilante pelos manuais gramaticais analisados, nota-se uma tendência de cercar esse assunto pelo viés da tradição normativa, quase sempre a partir de um conjunto de verbos considerados “possíveis”, “permitidos”. Estes são exatamente aqueles que, no uso real, apresentam formas variantes de complementação (ou com preposição ou sem preposição) - isto é, a variação nunca é apresentada como um fato natural da linguagem (NEVES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propõe-se a pensar alternativas mais adequadas para um ensino dos verbos de regime oscilante na Educação Básica, que contemple não só os conteúdos previstos pelos compêndios gramaticais, mas que estimule também a reflexão crítica sobre a língua em seus diversos contextos de interação. É preciso, então, abordar esse conteúdo a partir de uma perspectiva funcional, tomando-o como fenômeno emergente variável, cujo estudo é indissociável do discurso, isto é, da língua posta em uso (FURTADO DA CUNHA, TAVARES, 2016).

Palavras-chave: verbos; regência verbal; funcionalismo; ensino.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BISPO, E. B. Estratégias de relativização no PB: motivações discursivo-interacionais e cognitivas. IN: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília/DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) site.pdf. Acesso em: 20 mar. 19.



- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 49.ed. revisada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina de texto**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- FARACO, C. A. **Português: língua e cultura**. 4 ed. Base editorial: Curitiba, 2016.
- FORD, FOX, THOMPSON. **Social Interaction and Grammar**. In: Tomasello, M. (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. Mahwah, NJ/London: LEA, 2003. p. 119-143.
- FURTADO DA CUNHA. M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 21-47.
- FURTADO DA CUNHA; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. **Revista do Gelne**. v. 15, n. 1/2, p. 49-74, 2013.
- FURTADO DA CUNHA. M. A.; TAVARES, M. A. (Orgs.) **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: EDUFRRN, 2016.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MAIA, M. M. P.; NUNES, Z. V. Regência verbal e nominal: uma análise em livros didáticos do ensino fundamental II. **Leopoldianum**. Ano 44, n. 123, 2018.
- MARTELOTTA. M. E. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MIARA, F. L. J.; BÜCHELE, M. A. C. Gramática na escola: o ensino de regência verbal com apoio da sociolinguística e da teoria gerativa. **Linguagens Revista de Letras, Artes e Comunicação**, V. 15, n.1, p. 95-115, jan./abr.2021.
- NEVES, M. H. **A Gramática: História, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- NEVES, M. H. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. **PCN à luz do funcionalismo linguístico**. *Linguagem & Ensino*, n. 10, p. 87-108, 2007.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para ensino de gramática**. 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.